

■ Governo mira Estados em dificuldade

■ **BRASÍLIA** A apresentação do PAC da Saúde, lançado ontem no Palácio do Planalto, teve a mira apontada para os caixas dos governos estaduais. Com a promessa de reestruturar o sistema de saúde pública e implementar um parque industrial voltado para equilibrar a balança comercial do setor farmacêutico, o programa prevê R\$ 89 bilhões em investimentos para os próximos quatro anos. Dos quais, R\$ 5,4 bilhões seguem para os Estados da região Norte, R\$ 19,6 bilhões para o Nordeste, R\$ 5,2 bilhões para a região Centro-Oeste, R\$ 11 bilhões para o Sul e R\$ 31,7 bilhões para o Sudeste, onde estão os governadores tucanos com maior poder de fogo para virar votos no Senado: Aécio Neves (MG) e José Serra (SP).

Os recursos, distribuídos em sete eixos de ação que vão desde a

atenção básica à saúde até projetos de cooperação internacional para a transferência de tecnologias no setor, financiarão a criação de 132 Unidades de Pronto atendimento em saúde, voltadas para diminuir o fluxo de pacientes nas emergências dos grandes hospitais da rede pública. As unidades serão integradas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) que, na pro-

Presidente usa recursos do PAC da Saúde para pedir que governadores ajudem na CPMF

messagem do governo, será universalizado em 2010 com a aquisição de 4 mil novas ambulâncias, nesse período. O programa também prevê a recomposição da tabela de serviços do Sistema Único de Saúde ao custo de R\$ 5 bilhões.

Do total de investimentos previstos no programa, R\$ 64,6 bilhões estão contidos no Plano Plurianual.

Os \$ 24 bilhões restantes são vinculados ao aumento do repasse de recursos da CPMF à Saúde previsto no projeto que regulamenta a Emenda 29, que disciplina a aplicação de verba da União, Estados e municípios para o setor. Aí está o gancho para o governo seduzir os Estados a apoiar a trabalhar pela aprovação da CPMF no Senado: sem a receita gerada pelo tributo, governos estaduais e prefeituras não terão como cumprir as novas exigências que *normalizam a aplicação de 12% dos orçamentos dos Estados e 15%, no caso dos municípios, no custeio da saúde pública.*

– Sem a CPMF e com a Emenda 29 ao menos uns 10 Estados entrarão em crise financeira –, prevê a governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), uma das principais intermediadoras do diálogo entre governo e oposição.

– Se há um caminho de negociação eu vou estar completamente envolvida. A aprovação é fundamental para a sobrevivência financeira dos Estados –. A governadora inclusive, deverá levar o senador Pedro Simon à essa posição. (K.C.)